

# POSSIBILIDADES DA INSUBORDINAÇÃO CRIATIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

## *POSSIBILITEIS OF CREATIVE INUBORDINATION IN SPECIAL EDUCATION*

Rafael Soares Silva<sup>I</sup>

Izabel Rodrigues da Silva<sup>II</sup>

Jenerton Arlan Schütz<sup>III</sup>

<sup>I</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutor em Ensino de Ciências e Matemática.  
E-mail: doc.rafaelsoares@gmail.com

<sup>II</sup> Centro Universitário UniFacid, Teresina, PI, Brasil. Especialista em Metodologia da Educação Infantil. E-mail: izabel6418@gmail.com

<sup>III</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. Doutor em Educação nas Ciências.  
E-mail: jenerton.xitz@hotmail.com

**Resumo:** Inspirados no conceito de insubordinação criativa, neste artigo apresentamos uma caracterização do nosso trabalho em ambientes de aprendizagem organizados por meio de episódios de resolução de tarefas. incitados por D'Ambrósio e Lopes (2015), e outros autores aventuramos a mergulhar nas ondas da insubordinação criativa ou subversão responsável para a tomada de consciência deste ser/fazer docente frente ao cotidiano escolar e/ou acadêmico. Utilizamos como metodologia de trabalho, a pesquisa bibliográfica como descreve Severino (2007), onde o uso de dados ou de categorias teóricas já foram trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Desse modo enfatizamos o conceito de insubordinação criativa como estratégia e possibilidade de novas leituras educativas em prol das diferenças, que integram o ambiente educacional, relacionada às ações de rompimentos ou mudanças de postura assumidas responsabilmente diante a um currículo (pré)estabelecido pelas instituições educacionais, rompendo com normas e/ou regras destas.

**Palavras-chave:** Insubordinação Criativa; Educação Especial; Criatividade.

**Abstract:** Inspired by the concept of creative insubordination, in this article we present a characterization of our work in learning environments organized through task solving episodes. urged by D'Ambrósio and Lopes (2015), and other authors, we ventured to dive into the waves of creative insubordination or responsible subversion for the awareness of this being/doing teacher in the face of everyday school and/or academic life. As a work methodology, we use bibliographical research as described by Severino (2007), where the use of data or theoretical categories have already been worked on by other researchers and duly registered. In this way, we emphasize the concept

DOI: <https://doi.org/10.33053/dialogus.v10i3.694>

Recebido em: 28.11.2021

Aceito em: 30.12.2021

Dialogus



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

of creative insubordination as a strategy and possibility of new educational readings in favor of differences, which integrate the educational environment, related to actions of disruptions or changes in posture responsibly assumed in the face of a (pre)established curriculum by educational institutions, breaking with norms and/or rules of these.

**Keywords:** Creative Insubordination; Special education; Creativity.

## 1 Introdução

*Nos mais diferentes contextos nos quais as políticas curriculares se desenvolvem, dentre elas as escolas, há muitos rastros de enfoques instrumentais, às vezes inclusive com destaque, principalmente no que concerne à tendência prescrita. É nesse contexto que o professor deve “assumir atitudes de insubordinação criativa em prol daqueles que educam e do conhecimento que produzem e promovem. (D’AMBROSIO, LOPES, 2015, p. 10).*

O conceito de insubordinação criativa na educação se preocupa em identificar as contribuições e as implicações que ele agrega à área, em diversos momentos das práticas pedagógicas. Está relacionada às ações de fissuras assumidas responsabilmente diante a um currículo prescrito pelas instituições educacionais, rompendo com normas e/ou regras destas. O objetivo é melhor atender às necessidades dos sujeitos aos quais se prestam serviço, mas que ao mesmo tempo não prejudiquem os sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, percebe-se que o cotidiano escolar e/ou acadêmico, muitas vezes, nos impulsiona a reproduzir padrões e metodologias de ensino que ao invés de promover novos pensares, conduz à reprodução parcial ou total de uma prática docente que obsta a criatividade e a construção do conhecimento por parte dos alunos. Este cotidiano e essa prática cravam, muitas vezes, a forma como os conteúdos são trabalhados em sala de aula. Um ensino trabalhado, por vezes, de forma descontextualizada com a realidade dos estudantes.

Nesse sentido, na área da educação, professores e gestores são considerados transformadores responsáveis pela subversão, pois ousam em elaborar metodologias criativas em benefício de melhores resultados para um melhor desempenho de toda a comunidade escolar como uma ação de oposição de diretrizes superiores, desafiando-as quando estas discrepam de teorias e metodologias que os profissionais tem consciência do seu saber fazer e estão atentos ao momento de transpor com alguns paradigmas para a tomada de decisão, colocando o aluno como protagonista no processo de aprendizado (DOS SANTOS; MATOS, 2017).

Com vistas a isso, percebe-se que a insubordinação criativa dispõe o aluno no centro do processo educacional, considera o desenvolvimento dos alunos ao planejar suas ações, desafia a estes a constatarem problemas e suas possíveis soluções, transcendendo o ambiente escolar e da sala de aula tendo, assim, o aluno participante ativo na e para a produção de seu conhecimento.

Dessa forma, D'Ambrósio e Lopes (2015) relatam que a expressão insubordinação criativa surgiu na década de 80, quando pesquisadores de Chicago, baseados nas ideias de Morris et al. definiram a insubordinação criativa como sendo práticas de resistência para regras e políticas pré-estabelecidas no âmbito educacional por instâncias superiores com o intuito de impactar a formação e o desenvolvimento de seus alunos para a construção e progresso de uma sociedade mais justa, crítica, ética e digna para todos.

Logo, nos anos 90, esse conceito é estendido como o momento desencadeador nas práticas pedagógicas de professores aspirando percursos e melhorias à comunidade escolar e de forma adequada quando essas regras preestabelecidas não atingem positivamente professores e alunos, e evitar consequências negativas não contempladas nessas regras e que possam vir a afetar a criatividade e a ousadia ao se tomar decisões.

Portanto, a insubordinação criativa é uma prática centrada no desafio ou desacato ao sistema de diretrizes, mas de uma forma responsável e criativa, alicerçadas em bases éticas favorecendo ao bem-estar do outro e na manutenção ou a melhoria do ensino e da aprendizagem dentro dos espaços escolares.

Hutchinson (1990) aponta que no final da década de 1980 a enfermagem adotou o termo subversão responsável, para se referir às quebras de regras que profissionais dessa área assumem, ao buscar proteger e possibilitar melhores condições aos pacientes. Um outro campo de estudo que se apropriou da insubordinação criativa foi a Administração Escolar, no desenvolvimento de estudos com o foco em práticas dos diretores escolares (HAYNES; LICATA, 1995).

É nesse contexto sobre insubordinação criativa com enfoque na Educação Especial que buscamos responder nesta pesquisa, aos seguintes questionamentos: (1) Quais as possibilidades da Insubordinação Criativa na Educação Especial? (2) Por que considerar a insubordinação criativa para redimensionar as práticas dos educadores especiais?

Baseado na proposição de D'Ambrósio e Lopes (2015) sobre as ações de insubordinação criativa dos profissionais da Educação Matemática buscou-se identificar a relevância de se pensar sobre as ações de insubordinação criativa dos profissionais da Educação Especial entendendo que esses atuam desde a escola básica até a universidade.

Desse modo, tornou-se necessário compreender como a burocratização e as implicações das ações no campo educacional ampliam conflitos sociais, desprovendo as classes marginalizadas de ferramentas para atuar na sociedade capitalista. Além disso, à medida que pesquisadores e educadores lidam com desigualdades persistentes em ensino e aprendizagem de Matemática, as questões de justiça social tornam-se cada vez mais frequentes na comunidade de Educação Matemática. (SOUZA; BRIÃO, 2017).

## 2 Percurso metodológico

Para alcançar o objetivo dessa reflexão, será utilizada como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica. Dentre os autores que dão suporte a esse estudo, destacam-se: D'Ambrosio e Lopes (2015). Nessa perspectiva, levando em consideração o objetivo da reflexão, considera-se que: a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza e é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, isto é, a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos como livros, revistas, artigos científicos, teses, páginas de web sites, dentre outros. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas (SEVERINO, 2007, p. 122).

Essa pesquisa reúne, analisa e discute informações a partir dos mais relevantes estudos originais de revisão que demonstram resultados referentes à insubordinação na Educação Especial. Assim, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o assunto/problema a respeito do qual se procura a resposta.

## 3 Resultados e discussão

No Brasil, nos anos 1980 e 90, no campo da Educação Matemática, várias pesquisas ganharam notoriedade internacional, ao voltar-se para compreender e colocar-se em posição de enfrentar a injustiça social causada por décadas de exclusão política, educacional e segregação cultural (SOUZA; BRIÃO, 2017).

Nos Estados Unidos, Gutiérrez (2009) e, no Brasil, D'Ambrosio e Lopes (2015), embasadas pelos estudos que citamos das décadas anteriores, voltam-se para estudar e consolidar um novo campo de investigação: a Insubordinação Criativa no contexto da Educação Matemática americana e brasileira. Esse é um campo recente de estudos, que tem se consolidado de forma promissora, devido, principalmente, à precarização do serviço público, da educação, da profissionalização docente e também pelo fato de a sociedade passar a exigir políticas públicas mais igualitárias.

Souza e Brião (2017) apontam que os estudos tiveram o olhar voltado principalmente para as etnias, para os processos de migração marginalizatórios e para os fazeres e saberes das populações e das culturas marginalizadas. Depois de anos de pesquisas, de discussões e ações, sem esgotamento dos tópicos, na Educação Matemática, as temáticas voltadas para a justiça social com o olhar para o bem-estar do próximo transformam-se em um campo consolidado e fértil de estudos.

No estudo realizado por D’ambrosio; Lopes (2015) apresenta-se o conceito de insubordinação criativa com o objetivo de analisar as contribuições que atitudes decorrentes dessa perspectiva podem trazer aos fazeres dos educadores matemáticos. Para isso, colocam-se em pauta discussões a respeito da complexidade educativa, da autonomia profissional, da prática reflexiva e do trabalho colaborativo.

Nesses estudo as autoras ainda suscitam algumas reflexões sobre a questão: Por que considerar a insubordinação criativa para redimensionar as práticas dos educadores matemáticos? Diante desta intenção, busca-se dialogar com teóricos da Educação e da Educação Matemática que se expressam de forma crítica e comprometida com a democracia, a justiça social, a ética e a solidariedade. Assim, justifica-se a necessidade de a comunidade reinventar as práticas da Educação Matemática (D’AMBROSIO; LOPES, 2015).

Rosa (2017), realizou uma pesquisa que estabelece interfaces com a concepção de Insubordinação Criativa. A investigação sobre as experiências estéticas promovidas com Tecnologias Digitais (TD) de Realidade Aumentada<sup>1</sup>(RA), enquanto transformadoras/potencializadoras da Cyber formação com professores de matemática, almeja entender a construção de atividades-matemáticas-com-TD de RA e a utilização dessas em sala de aula, de modo a promover a criatividade tecnológica e a subversão da grade curricular.

Souza e Brião, (2017) destacam que a insubordinação criativa no âmbito da Educação Matemática é um campo recente de estudos, que tem se consolidado de forma promissora. Em sua pesquisa discutem a Insubordinação Criativa no currículo e nas avaliações: sem estipular quadros teóricos, conceitos, delimitações ou generalizações, busca-se analisar e compreender o conteúdo das discussões nesses grupos; apresentam-se indagações que ali emergiram e faz-se uma análise com uma perspectiva filosófica. O resultado procura estabelecer paradigmas no cerne da tentativa de compreender a Insubordinação Criativa como objeto de estudo científico

Silva e Samá, (2017), reforçam que a prática pedagógica e investigativa tem demonstrado a necessidade de romper a fragmentação do conhecimento, em prol do diálogo e da interface entre as ciências. Como um caminho para esta ruptura. Instigadas por Beatriz D’Ambrosio e Celi Lopes, aventuramo-nos a mergulhar nas ondas da insubordinação criativa para a tomada de consciência deste ser/fazer docente. Assim, convidamos outros docentes a navegar nas ondas da insubordinação criativa a fim de promover a interface entre o conhecimento estatístico e o contexto acadêmico do estudante

Um outro estudo realizado por Crecci e Nacarato, (2019) apresentou e discutiu indícios de insubordinações criativas narradas por duas educadoras matemáticas que atuam como formadoras de professores e investigam os Anos Iniciais. Os resultados apontam que é possível vislumbrar que tais mulheres, educadoras matemáticas, optam pela realização de pesquisas

---

1 Realidade Aumentada é considerada a “[...] inserção de objetos virtuais no ambiente físico, mostrada ao usuário, em tempo real, com o apoio de algum dispositivo tecnológico, usando a interface do ambiente real, adaptada para visualizar e manipular os objetos reais e virtuais” (KIRNER; KIRNER, 2008 apud SOUZA; MOREIRA; KIRNER, 2012).

conectadas ao cotidiano escolar, ambiente privilegiado de suas formações, constituindo posturas de insubordinação criativa. Isto significa dizer que, apesar das pressões institucionais pela realização de produções rápidas, as protagonistas deste estudo continuamente produzem um tipo de pesquisa narrativa, relacionada ao cotidiano escolar, que ocorre simultaneamente às transformações do campo científico e profissional da educação e do professor que ensina matemática.

#### **4 A importância da Insubordinação Criativa e a superação dos paradigmas previamente determinados**

As demandas atuais advindas com as transformações sociais e tecnológicas, tem cobrado das intuições de ensino, profissionais cada vez mais capacitados para desenvolver sua prática pedagógica com metodologias e recursos diferenciados no âmbito de formar cidadãos éticos e solidários não com a técnica de transmissão de conceitos já elaborados e construídos, mas sim com estratégias que não limitem sua prática docente apenas aos objetivos predeterminados, sem ao menos levar em consideração o contexto no qual o aluno está inserido.

Dessa forma, o desempenho docente dependerá de sua capacidade para entender, perceber e respeitar as especificidades de cada aluno, bem como seu processo de desenvolvimento intelectual e emocional. Diante disso, podemos perceber que

O professor necessita tomar decisões rapidamente em suas ações pedagógicas. Da mesma forma, o pesquisador que desenvolve estudos em Educação também precisa considerar essa complexidade educativa e tomar decisões sobre como investigar os diversos contextos (D'AMBRÓSIO; LOPES, 2015, p. 5).

Concordamos que a insubordinação criativa possibilita aos profissionais de educação inovar concomitantemente a desobediência com responsabilidade aos parâmetros usuais, conforme achar-se necessário, isso devido à complexidade e a diversidade emergente das salas de aula. Assim, demanda-se que o professor tome decisões ágeis em suas ações pedagógicas.

Ao mesmo tempo, ambiciona-se que a formação dos profissionais os torne críticos, ativos e responsáveis, além de colaborarem com seus congêneres e a buscarem, de forma conjunta, respostas para os problemas educacionais que emergem em seus espaços pedagógicos, participante, ativo, crítico e responsável (COUTO; FONSECA; TREVISAN, 2017).

Em outras palavras, presume-se que o profissional tenha capacidade de tomar decisões, de assumir sua prática e tomar atitudes plausíveis no que tange aos impasses de todo o percurso educativo dos alunos. Enfim, um profissional que tenha autonomia, mas que tenha consciência do seu importante papel como educador e clareza sobre a complexidade dos processos educacionais.

A (re)construção e a (re)flexão de um currículo norteador, flexível e crítico que corrobore para a instauração de novos paradigmas nos processos de ensino e de aprendizagem. Esse desafio exige mudanças na conduta de docentes e gestores, para que juntos possam inovar nas práticas



pedagógicas, escolher metodologias ativas e criativas, e com isso, novas formas de avaliar, tendo o currículo como um dos documentos de referência, claro que não um currículo burocrático, conteudista e desprovido de significado, mas sendo ele dinâmico e multifacetado. Para isso, o profissional deve exercer sua função de sujeito participante dos processos de tomada de decisão e produção coletiva relativas ao processo educacional.

Concordamos que o papel das instituições escolares e do professor como mediador e facilitador do conhecimento, atualmente, é trazer um quociente de aprendizagens mais sólidas. Assim, o ensino deve ser instigador de criatividade, libertador e estar lado a lado com a realidade da vida dos sujeitos, pois a educação revoluciona e traz muitos benefícios para a formação de um mundo mais justo, crítico e melhor.

Imediatamente, a escola que adotar aulas inovadoras a partir da insubordinação criativa, conseguirá conquistar uma competência de aprendizado, tendo como base a estimulação dos alunos a buscarem seu próprio conhecimento e a aprender com as novas experiências pedagógicas, ou seja, autores de suas atividades. Percebe-se que é de fundamental importância incentivar e manter a cultura do protagonismo, da autonomia e da independência dos alunos.

Além disso, uma das mais importantes funções da insubordinação criativa, como o próprio nome sugere, é a criação, a inovação de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais fácil e melhor, pois oportuniza aos alunos uma nova forma de ser, pensar e se comportar no mundo, transformando a realidade a partir das reflexões e resoluções dos problemas que possam vir a surgir no contexto social. Sem dúvida, a organização de ambientes de aprendizagem inovadores, favorecem aos alunos assumirem a função de sujeito ativo em seu processo de aprendizagem.

Esse conceito desafia o profissional da educação, ao mesmo tempo em que renova suas crenças e concepções. É um convite à reflexão do ser professor. E desestrutura, reconstrói. De uma ação insubordinadamente criativa, na educação, espera-se mudança no processo já constituído, mudança positivamente fortalecedora, que visa à educação, em sua plenitude, de crianças futuramente responsáveis por respostas a problemas sociais não solucionados (SANTOS, 2017, p. 3).

Podemos inferir com base na autora e como já mencionado anteriormente que por cada professor ser único, ter sua personalidade e expectativas ao desenvolver sua prática em sala de aula, é de sua responsabilidade atrever-se a criar e ousar na ação docente, no intuito de os estudantes experienciar uma aprendizagem e atribuam significados ao conhecimento adquirido.

Todavia, estamos vivenciando um mundo cada vez mais tecnológico em que o processo de transformação acontece em uma velocidade bastante notável e veloz e, em meio a tanta evolução, o método, os conteúdos e as práticas precisam estar voltados para o que a realidade exige: educadores, coordenadores e diretores preocupados em aderir cada vez mais às novas tecnologias, garantindo assim, aulas mais dinâmicas, interdisciplinares e atrativas.

De certo, os avanços tecnológicos surgem como uma ferramenta de apoio e será utilizada tanto por alunos como por professores com a finalidade de corroborar com os conteúdos estudados ao longo do processo educativo. Isso se deve à importância proveniente da insubordinação

criativa que faz com que os professores se tornem peças-chave para proporcionarem à sala de aula um ambiente com ricas oportunidades para a aprendizagem (LOPES, 2016).

A educação em seus múltiplos aspectos precisa romper com o currículo prescrito em prol do desenvolvimento e interesses dos alunos e, com isso, proporcionar aprendizagens singulares e diversas para seus alunos. E aqui retomamos mais uma vez a ideia de que o aluno deve estar no centro do processo educativo, e que todo educador deveria ter atitude inovadora no que diz respeito a sua prática docente.

Logo, é uma realidade dinâmica, que por mais que determinações sejam impostas, ela deve ser edificada com criatividade por cada indivíduo, visando o pleno desenvolvimento e o progresso do aluno e da sociedade ao qual faz parte. E, nesse sentido, criar é ser insubordinado às regras preestabelecidas, é necessário construir uma nova forma de ver o mundo e refletir sobre ele na realidade de um contexto contemporâneo.

Nesse sentido, esclarece-nos Lopes (2016) que atitudes insubordinadas e criativas das práticas pedagógicas de docentes em seu cotidiano escolar, manifestam condutas não previsíveis nas recomendações para o ensino e aprendizagem, ou seja, é uma educação diferenciada, interdisciplinar e se propõe a formar cidadãos também capazes de inovar criativamente.

## **5 Insubordinação Criativa na Educação Especial**

Considerando que a insubordinação criativa leva os sujeitos a “descumprirem regras” em benefício próprio ou de um grupo específico, é importante considerarmos que as pessoas com deficiência, no geral, precisaram e precisam quebrar muitas regras, de forma organizada, para conseguirem alguns direitos e benefícios que não lhes eram dados ou possíveis, a exemplo da educação.

Para que a inclusão de pessoas com deficiência fosse possível primeiro em escolas especiais e posteriormente em escolas regulares foi necessária uma mudança de paradigmas e de acesso a esses espaços escolares. Anteriormente, os alunos com deficiência precisavam passar por avaliações e caso seu desempenho fosse inferior ao esperado ele não seria matriculado. Hoje, por meio de políticas de inclusão há a possibilidade de o aluno ser incluído na escola regular e ela deverá adaptar e adequar as atividades e avaliações para atender estes alunos de forma igualitária.

A primeira mudança deve ocorrer no currículo. Por meio das adaptações curriculares que se constituem como: “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos” (BRASIL, 1997, p. 36).

Percebemos que o foco sai da deficiência do sujeito e passa a ser responsabilidade das instituições de ensino, das formas e condições de aprendizagem que elas possibilitarão aos alunos. Castro (2003) aponta a escola como a responsável para ajustar-se e atender a diversidade dos alunos, possibilitando a eles o sucesso escolar por meio de uma proposta educativa que atenda a



diversidade. O professor assume as vicissitudes no processo de construção do conhecimento e se aplica a ouvir e dar prioridade ao aluno.

Quando movidos para melhorar a aprendizagem dos alunos e investir na melhoria das condições em que essa aprendizagem ocorre, os professores criam e colocam padrões de movimento e procedimentos que estão alinhados com a sua identidade profissional. Essas atitudes são de forma responsabilmente subversiva e resultam em atos de insubordinação criativa (D'AMBROSIO; LOPES; CORRÊA, 2016, p.288 APUD SILVA & SAMÁ, 2017, p. 4).

Na inquirição por potencializar positivamente as consequências dessa postura e desobrigar-se de qualquer (pré)conceito ou normas, o profissional da educação, consciente, que se opõe a regras (pré)estabelecidas, está em crescente busca do bem-estar dos seus alunos.

Outros documentos que tratam sobre a adaptação curricular são os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997) que concordam com a adaptação dos currículos regulares quando necessário e quando o objetivo for torná-los acessíveis às peculiaridades e necessidades dos alunos que precisam de um acesso diferenciado, visto que os objetivos na forma de ensinar e o atendimento, passa a ser de acordo com as diferenças individuais do educando.

Além das adaptações nos currículos é necessário que os docentes reconheçam o seu papel fundamental na elaboração e desenvolvimento de práticas educativas, que reconheçam a individualidade de cada um para que assim consigam adaptar ou tornar acessível aos alunos com deficiência aquilo que já é o natural para os alunos sem deficiência.

Essa importância é revelada no artigo 13º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996) que destaca como responsabilidade dos docentes a participação na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e o zelo pela aprendizagem dos alunos. Observamos a importância desse profissional, posto que ele será o mediador entre o papel da escola e o interesse dos alunos, para que assim consiga trabalhar com todos de forma satisfatória.

Além de possibilitar uma prática de ensino específica para alunos com deficiência e tornar o currículo acessível, os docentes devem possibilitar que os alunos público-alvo da educação especial sejam participantes ativos e tenham autonomia para criar um sistema de ensino acessível e o mais favorável as suas necessidades. Uma possibilidade é a utilização do Desenho Universal de Aprendizagem que segundo a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/15 desenho universal caracteriza-se como uma “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”.

Neste caso, notamos que a acessibilidade nos ambientes sociais e educacionais, nos recursos e nas práticas pedagógicas para o ensino dos alunos com deficiência, dará a eles a autonomia necessária para realizarem suas atividades de vivência no cotidiano escolar e social, além de possibilitar a eles uma vida mais independente.

## 6 Considerações finais

Observamos que a insubordinação criativa surgiu da insatisfação daqueles que precisam muito mais de uma educação acessível a todos do que regras fixadoras como se o ensino e os discentes fossem homogêneos. Ressaltamos que esta prática não deve ser realizada sem um plano que possibilite sua realização e a avaliação dela para que ela tenha um objetivo e não seja realizada de forma aleatória.

Romper com essa postura ‘tradicional’, subverter-se responsabilmente ao ‘estabelecido’, construir outros preceitos de construção e avaliação do aprendizado que inclua a todos, respeitando suas aptidões, capacidades e particularidades é um desafio que está posto e que precisa ser reconfigurado, pois mudam a lógica e compreensão de educação especial, bem como o processo de escolarização, pois a prática pedagógica diz muito sobre como se constrói o conhecimento e o que compõe o currículo, resultando na promoção de alguns alunos e na marginalização de outros do processo educacional. É necessário abjurar-se da resistência e da submissão no ensino e superar os paradigmas previamente determinados. Verificamos o papel que o docente tem neste aspecto inovador da educação quando ele necessita examinar sua postura frente as necessidades específicas de seus alunos e assim, modificar o que for necessário na sua prática para tornar seus alunos participativos do processo de ensino e aprendizagem, para que estes consigam desenvolver potencialidades na sua vida educacional e social.

Desta forma, serão necessárias algumas mudanças nos modos que os professores através da escola, operacionalizam a educação dos alunos para que consigam atender as demandas da diversidade escolar e desenvolvam assim, um currículo e práticas educacionais com mais acessibilidade e conseqüentemente mais possibilidades para alunos com e sem deficiência.

É importante frisar que nenhum sistema educacional está extremado dos contextos social, econômico e cultural a que ele atende. Desse modo, salientamos a celeridade em romper com tentativas que buscam regular e “engessar” a diferença a um padrão dominante, excluindo quem foge à regra (pré)estabelecida.

A literatura sobre a educação especial/inclusiva aponta várias estratégias para as escolas atenuarem as barreiras de aprendizagem e caminhar em direção à qualidade de ensino para todos os estudantes. Entre essas estratégias, destacam-se a recomendação de dar voz e vez aos sujeitos do processo educacional e quebrar mitos e preconceitos.

No presente talvez uma das mudanças mais desafiadoras para os profissionais de educação seria abandonar este papel tradicionalmente característico, de contenção absoluta da sala de aula e começar a agir de forma a compartilhar objetivos, tomadas de decisões, saberes, responsabilidades, resolução de problemas e tudo o que envolve a regência da sala de aula e a produção de conhecimento.

---

## Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. A educação dos surdos / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: MEC/SEESP. 1997

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 30 jul. 2017.

CASTRO, Adriano M. de. et al. **Educação Especial: do querer ao fazer**. (Orgs) Maria Luisa S. Ribeiro, Roseli Cecília R. de Baumel. São Paulo: Avercamp, 2003.

CORRÊA, S. A. A autenticidade da Palavra da Criança como Indício de Insubordinação Criativa. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 1–10, 21 dez. 2017.

COUTO, A. F.; FONSECA, M. O. DOS S. DA; TREVISAN, A. L. Aulas de cálculo Diferencial E Integral Organizadas A Partir De Episódios De Resolução De Tarefas: Um Convite à Insubordinação Criativa. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 50–61, 21 dez. 2017.

CRECCI, V.; NACARATO, A. M. Histórias de Insubordinações Criativas - narrativas de educadoras matemáticas. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 33, n. 65, p. 1487–1507, dez. 2019.

D'AMBROSIO, Beatriz Silva; LOPES, Celi Espasandin. Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. **BOLEMA: Boletim de Educação Matemática**, v. 29, p. 1-17, 2015.

D'AMBROSIO, B. S.; LOPES, C. E. Insubordinação criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. **Bolema**, Rio Claro, SP, v. 29, n. 51, p. 1-17, abr. 2015a.

D'AMBROSIO, B. S.; LOPES, C. E. Ousadias criativas nas práticas de educadores matemáticos. Campinas, SP: **Mercado de Letras**, 2015b.

D'AMBROSIO, B. S.; LOPES, C. E. Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 29, n. 51, p. 1–17, 1 abr. 2015.

DE SOUZA, J. L. “É devagar, devagarinho”: insubordinação criativa teórico-metodológica como suporte a uma investigação etnomatemática. **Revista @mbienteeducação**, v. 14, n. 1, p. 146, 26 jan. 2021.

GUTIÉRREZ, R. **Embracing the inherent tensions in teaching mathematics from an equity stance. Democracy and Education, Portland**, v. 18, n. 3, p. 9-16, 2009.

LOPES, Celi Aparecida Espasandin; D’AMBROSIO, Beatriz Silva; CORRÊA, Solange Aparecida. Atos de insubordinação criativa promovem a ética e a solidariedade na educação matemática. **Zetetike**, v. 24, n. 3, p. 287-300, 2016.

MORRIS, V.C.; CROWSON, R.L.; HURWITZ JR., E.; PORTER-GEHRIE, C. **The urban principal. Discretionary decision-making in a large educational organization**. 1981. Disponível em: <<http://eric.ed.gov/?id=ED207178>>. Acesso em: 20/09/2021.

ROSA, Maurício. Insubordinação criativa e a cyberformação com professores de matemática: desvelando experiências estéticas por meio de tecnologias de realidade aumentada. **REnCiMa: Revista de ensino de ciências e matemática**. São Paulo. Vol. 8, n. 4 (2017), p. 157-173, 2017.

SANTOS, M. J. C. DOS; COSTA MATOS, F. C. A Insubordinação Criativa na formação contínua do pedagogo para o ensino da Matemática: os subalternos falam? **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 11-30, 21 dez. 2017.

SANTOS, Patrícia Corrêa. Mapeamento de produções científicas brasileiras que utilizam o termo insubordinação criativa e/ou subversão responsável. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 214-227, 2017.

SANTOS, M. J. C. DOS; COSTA MATOS, F. C. A insubordinação criativa na formação contínua do pedagogo para o ensino da matemática: os subalternos falam? **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 11–30, 21 dez. 2017.

SILVA, C. R.; SAMÁ, S. Nas Ondas da Insubordinação Criativa: Uma Interface entre a Educação Estatística e a Biblioteconomia. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 228–242, 21 dez. 2017.

SOUZA, L. D. O.; BRIÃO, G. F. Insubordinação criativa: grupo de discussão currículo e avaliações. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, p. 147–156, 21 dez. 2017.